



O COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DE SUAPE E O DESENVOLVIMENTO NORDESTINO

Lucas Chaves Miquilini¹

José Messias Bastos²

Edson de Moraes Machado³

João Vitor Sandri Coelho⁴

RESUMO

No século XX, o Sudeste se consolidou como força propulsora do desenvolvimento industrial do país, impulsionado pela Revolução de 1930, que buscou diminuir a dependência brasileira do mercado externo e fomentar a criação de um mercado interno forte. A alta concentração dos investimentos no Sudeste acentuou as desigualdades regionais brasileiras, em especial a do Nordeste. A necessidade de amenizar tal disparidade fez com que, a partir de 1950, essa região se tornasse foco de políticas econômicas, incorporando a teoria dos Polos de Desenvolvimento nas estratégias do Estado. Ocorre a implantação, no estado de Pernambuco, do Complexo Industrial e Portuário de Suape, cujas atividades passam a exercer grande influência no desenvolvimento econômico do estado, principalmente nas primeiras décadas do século XXI com a intensificação dos investimentos federais e privados para a criação de um polo petroquímico. Atualmente, se consolida como importante polo industrial com mais de 100 empresas instaladas. Assim sendo, o objetivo deste artigo é investigar as especificidades, causas e consequências que levaram a teoria dos polos de desenvolvimento a ser usada como estratégia para amenizar a disparidade regional do Nordeste frente ao Sudeste, focando, sobretudo, no Complexo Industrial e Portuário de Suape.

Palavras-chave: Desigualdade Regional, Sudeste, Nordeste, Pólos de Desenvolvimento.

RESUMEN

En el siglo XX, el Sudeste se consolidó como motor del desarrollo industrial del país, impulsado por la Revolución de 1930, que buscó reducir la dependencia de Brasil del mercado externo y propiciar la creación de un mercado interno fuerte. La alta concentración de inversiones en el sureste ha acentuado las desigualdades regionales brasileñas, especialmente en el noreste. La necesidad de paliar esta disparidad hizo que, a partir de 1950, esta región se convirtiera en el foco de las políticas económicas, incorporando la teoría de los Polos de Desarrollo en las estrategias del Estado. En el estado de Pernambuco se instala el Complejo Industrial y Portuario de Suape, cuyas actividades llegan a ejercer una gran influencia en el desarrollo económico del

¹ Doutorando do Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, lucascmiquilini@gmail.com;

² Prof. Dr. do Curso de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC, jbastos57@gmail.com;

³ Pós-doutorando do Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e Professor do curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás - UEG -, edsonmachado1988@gmail.com;

⁴ Mestrando do Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, jvsandri09@gmail.com;



estado, especialmente en las primeras décadas del siglo XXI, con la intensificación de las inversiones federales y privadas para la creación de un complejo petroquímico. Actualmente, se consolida como un importante polo industrial con más de 100 empresas instaladas. Por tanto, el objetivo de este artículo es investigar las especificidades, causas y consecuencias que llevaron a utilizar la teoría de los polos de desarrollo como estrategia para paliar la disparidad regional entre el Noreste y el Sudeste, centrándose, sobre todo, en la Suape Industrial. y Complejo Portuario.

Palabras clave: Desigualdad Regional, Sureste, Noreste, Polos de Desarrollo.

INTRODUÇÃO

Em consequência do caráter latifundiário, escravista e exportador de sua economia, a ordem espacial brasileira, de início, se deu através de um reduzido número de cidades litorâneas de grande porte (MAMIGONIAN, 1982). Nos seus primeiros quase quatro séculos e meio, o país teve como base econômica a exportação de bens primários e a importação de bens manufaturados. Perpassou por vários ciclos econômicos (da madeira pau-brasil, da cana de açúcar, do ouro e diamantes, do algodão, do café, da borracha no Norte, etc.) e, embora estes ciclos tenham atingido seu auge em determinados momentos históricos, sua exportação continuava no ciclo seguinte, apenas com menor expressividade (ANDRADE, 1995, p. 43).

Se em um primeiro momento a região Nordestina foi a que mais prosperou, posteriormente, a descoberta de minério no interior do país transferiu a sede do poder político para o Rio de Janeiro. Por outro lado, a agricultura cafeeira manteve o centro da vida econômica e política do país nessa região, tornando-a mais dinâmica, com maior população e concentradora de capital.

Com o processo de industrialização pós 1930 e de integração nacional, as formações regionais passam a se interligar a centros mais dinâmicos (metrópoles regionais e a São Paulo em escala nacional), provocando reestruturações em todas as regiões periféricas (Amazônia, Nordeste, Centro-Oeste e Sul) (MAMIGONIAN, 2009). As indústrias até então espalhadas por todo o litoral brasileiro, garantidas por um mercado cativo, pois, segundo Santos (1993), tais regiões se desenvolviam segundo lógicas próprias, sem conseguir competir com as indústrias paulistas, vão encerrando suas atividades, gerando estagnação econômica em algumas cidades e regiões, em detrimento da pujança econômica do Sudeste. Esse, teve um salto de empregos industriais de 27% do total nacional em 1920, para 38,6% em 1950 (FURTATO, 2003).



Passou a concentrar 62,2% dos investimentos no Brasil em 1958, face a 35,4% em 1954 (RATTNER, 1972), consumindo, em 1958, 84,3% do consumo de energia elétrica e a gerando 78,8% do valor da produção industrial (SANTOS, 1980).

As características de tal processo de desenvolvimento econômico acabaram por intensificar a tendência à disparidade estrutural regional, ocorrendo a consolidação da hegemonia paulista e a efetivação de uma periferia e de um polo (a “Região Concentrada”).

Dado o forte peso do passado (SANTOS, 1993), a Região Nordeste foi a que passou por maiores mudanças (destruição de setores industriais, perda populacional, estagnação das zonas canavieiras, etc.), passando a solicitar medidas estatais para amenizar as desigualdades regionais. Tais medidas, ao findar a década de 1960 e iniciar a de 1970, unem-se a necessidade de manter o ritmo de crescimento econômico no âmbito nacional, tendo como incentivador o Estado. Os investimentos públicos passam a ser mais numerosos e há a injeção de mais recursos para exportação, esboçando uma nova divisão territorial do trabalho no Brasil, efetivada através da implantação de complexos e polos industriais (SANTOS e SILVEIRA, 2013). O Nordeste foi a região em que mais se implantou tal modelo, tendo sido criada, em 1959, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) que passa a ser a grande incentivadora do desenvolvimento econômico regional.

É nesse processo que, unindo a atividade industrial à atividade portuária, baseando-se nos modelos de portos industriais já existentes na Europa e Ásia, de forma inédita no Brasil, ocorre a idealização do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS), em Pernambuco. Além dos benefícios dos polos de desenvolvimento, retratados nos estudos de Perroux e Myrdal, o alinhamento da atividade industrial junto à atividade portuária (portos com função industrial) são estratégicos. As vantagens de tal relação foram apontadas por Fischer (1963), na qual inclui enorme capacidade de redução de custos.

Aos poucos, o Complexo Portuário Industrial de Suape se consolida como importante agente dinamizador local, estadual e regional, atraindo indústrias diversas, gerando emprego e ampliando o PIB tanto dos municípios que integram o complexo, como do próprio estado de Pernambuco. Sua atividade portuária, como consequência das formas espaciais criadas inicialmente para a atividade industrial do próprio complexo, passa também a ser utilizada para outros fins e agentes, atraindo cargas de



diferentes localizações da região Nordeste, do Norte e do Centro-oeste. Toda essa conjuntura torna Suape um caso de essencial análise para a ciência geográfica, visto sua enorme capacidade dinamizadora e de alteração do espaço geográfico na qual se inseriu em seus amplos aspectos (fixos, fluxos, forma e estrutura espacial, etc.).

METODOLOGIA

Buscamos investigar as especificidades do caso nordestino que levaram a implantação dos polos de desenvolvimento enquanto importante metodologia orientada para o crescimento econômico dessa região brasileira, destacando-se as características, o processo de implantação e os resultados do polo de desenvolvimento Complexo Industrial Portuário de Suape. Para tal, lançamos mão de revisões bibliográficas qualitativas e quantitativas em relatórios, livros, revistas e sites oficiais (Antaq, SEP, IBGE, MDIC, etc.), análise de imagens, elaboração de gráficos e tabelas, entre outros.

REFERENCIAL TEÓRICO

Como referencial teórico, levamos em consideração os ensinamentos do geógrafo Armen Mamigonian (1935 -), que assinala através de suas obras que o conjunto de conhecimento é explicado pela conjunção de fatores pertinentes a cada uma das escalas geográficas: mundo, nação, região. Utilizamos também a ideia de “combinações de caráter geográfico”, definida por CHOLLEY (1964). As ideias-chave de ciclos longos e dualidade, defendida por Ignácio Rangel (1914-1994), possuem importante influência a respeito de nossa compreensão sobre o desenvolvimento econômico e social do Brasil; e, dada a abrangência da análise, lançamos mão da teoria da formação sócioespacial proposta por Milton Santos (1982), que aponta que o Estado faz parte de uma realidade dinâmica, em constante transformação.

Assim, dividiu-se a pesquisa em três partes, a primeira busca elucidar quais foram as conjunturas históricas que resultaram na necessidade de forte intervenção estatal na região analisada, tendo sido realizada através de pesquisa bibliográfica em autores como Andrade (1988), Rangel (1968), Furtado (2003), Rattner (1972), Santos (1965, 1993, 2013), Mamigonian (2009), entre outros. A segunda parte tem como objetivo evidenciar as singularidades e características da teoria dos polos de



desenvolvimento desenvolvida por Perroux (1967) e da causação circular de Myrdal (1958), bem como sua incorporação à realidade brasileira. A terceira parte elenca a idealização, implantação, desenvolvimento e resultados do Complexo Portuário Industrial de Suape como polo de desenvolvimento e promotor do desenvolvimento local, estadual e regional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Breves notas sobre o desenvolvimento do Nordeste brasileiro

As grandes cidades litorâneas brasileiras surgiram nas margens das baías, recifes, penínsulas, enseadas e desembocaduras dos rios, pois eram locais ao abrigo do vento e com águas calmas⁵. Tal realidade foi, portanto, profundamente marcada por múltiplas determinações, isto é, combinações, para usar a expressão de Cholley (1964), pois as condições naturais favoráveis à atividade portuária se aliaram aos novos marcos da economia mercantil, constituindo, assim, as primeiras combinações da formação social brasileira.

O país chegou às primeiras décadas do século XX com um imenso território muito desigualmente ocupado, apresentando quase que exclusivamente, ao longo da costa, formações econômicas regionais, orientadas mais para o comércio exterior do que para o comércio com as outras regiões. Cada uma dessas regiões possuía como espinha-dorsal um sistema regional de transportes, o qual servia de base a um esquema regional de divisão social do trabalho (RANGEL, 1968). Com o processo de industrialização nacional, baseado na política de substituição de importações pós Revolução de 1930, e de integração nacional, efetivado quase que completamente na primeira metade do século XX, as formações regionais passaram a serem interligadas através do sistema rodoviário a centros mais dinâmicos (metrópoles regionais e a São Paulo em escala nacional). Ocorre, assim, reestruturações em todas as regiões periféricas (Amazônia, Nordeste, Centro-Oeste e Sul).

Nesta conjuntura, a região nordestina foi a que passou por maiores mudanças, pois ocorreu a destruição de setores industriais incapacitados, como numerosos

⁵ Santos (1993) demonstra que ainda em 1900, das cidades brasileiras com mais de cem mil habitantes, apenas São Paulo (239.820 hab.), não era litorânea, sendo as outras as cidades o Rio de Janeiro (691.565 hab.), Salvador (205.813 hab.), Recife (113.106 hab.) e Belém (96.560).



estabelecimentos têxteis (MAMIGONIAN, 2009). Passa, também, a enfrentar a concorrência do Sudeste na produção açucareira, sobretudo após a crise do café e as conjunturas das grandes guerras mundiais (ANDRADE, 1988), levando as áreas produtoras, ou seja, o litoral nordestino, à estagnação econômica. Representante de 38,71% da população brasileira em 1900, o Nordeste passou a abrigar 31,60% do total em 1960 (FURTADO, 2003). Destaca-se que tal dispersão foi o resultado de um processo complexo de acontecimentos, combinando vários fatores. Além dos fatores físicos, que resultam em períodos de grandes secas (1791-1793, 1877-1880, 1915, 1932, etc.), agravada pela alta concentração fundiária, onde as melhores terras, com disponibilidade de água, estavam sob posse de um pequeno número de indivíduos, a permanência do poder econômico das oligarquias açucareiras possibilitaram forte representatividade política que defendia seus interesses. Essa representatividade buscou sempre socializar os investimentos para ampliar a lucratividade da produção a custo de financiamento e políticas públicas, ao passo que o lucro era privatizado e o acesso a terra mantinha-se restrito, resultando na proletarização dos camponeses sob condições de alta exploração (ANDRADE, 1988).

As fortes reestruturações tiveram agravante sobre os setores industriais incapacitados nordestinos, levando o número de empregados industriais a ser reduzido, segundo Furtado (2003), de 27% do total nacional em 1920, para 17% em 1950, ao passo que o Sudeste passou a representar, nesse último ano, 38,6% do total. A rápida industrialização dos anos 30 deu origem a um centro dinâmico interno, dirigido pela indústria paulista, que passou a comandar as regiões periféricas através de um processo de integração e reestruturação das economias regionais, voltadas até então, basicamente, ao exterior (agroexportação). Assim, as indústrias oligopólicas dessas regiões, que até então podiam contar com um mercado cativo, não suportaram as pressões das indústrias concorrenciais de São Paulo, sobretudo, e foram fechando suas portas, gerando estagnação econômica em algumas cidades e regiões (MAMIGONIAN, 2009). Tal realidade foi um dos fatores que bloquearam o desenvolvimento da concorrência no Nordeste e também no Norte, a ponto que se chegou aos anos 50 e 60 sem a existência de numerosas fábricas nessas duas regiões.

Segundo Santos e Silveira (2013, p. 45), se os transportes marítimos sempre reforçaram a dependência em relação ao estrangeiro, os novos transportes terrestres beneficiam São Paulo, a metrópole industrial do país. As estradas de rodagem passam a



obedecer às novas exigências da indústria e do comércio, reforçando a posição de São Paulo como centro produtor e, ao mesmo tempo, de distribuição primária. Há, portanto, a consolidação da hegemonia paulista, tornando-a não apenas centro de aplicação de capitais privados oriundos da própria região, mas também atraindo capitais das regiões periféricas, se tornando principal foco de investimento do Estado. Tornou-se polo de atração de numeroso contingente populacional.

Rattner (1972) comenta que em 1954 São Paulo concentrava 35,4% dos investimentos no Brasil, mas em 1958 o montante já era de 62,2%, ocorrendo forte e constante drenagem do sistema financeiro e bancário das áreas subdesenvolvidas em benefício de São Paulo e Rio de Janeiro. Santos (1980, p. 127) vai além, descreve que neste último ano São Paulo concentrava 73,3% da mão de obra do país, 84,1% dos capitais, 84,3% do consumo de energia elétrica e 78,8% do valor da produção industrial. A consequência dessa realidade foi uma intensificação da tendência à disparidade estrutural de um espaço nacional já diferenciado, com a produção de uma situação em que se tornou mais clara a existência de uma periferia e de um polo (a “Região Concentrada”). (SANTOS e SILVEIRA, 2013).

Todavia, levando em consideração a ocorrência de três meias-revolução na história brasileira destacadas por Rangel (1981), sendo elas a Independência, a Abolição-República e a Revolução de 1930, e seus respectivos pactos de poder, é possível compreender que mesmo após 1930 há a permanência dos latifundiários no campo político nacional. Esses não mais voltados ao mercado externo, como as decadentes oligarquias cafeeiras de São Paulo e açucareira do litoral nordestino, mas sim as oligarquias voltadas ao mercado interno do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Sertão do Nordeste.

Embora nacionalista, os latifundiários do Sertão Nordestino, agora no poder, permaneceram muito mais preocupados com o prolongamento da estrutura social que lhes beneficiava, ou seja, latifundiária e monocultora, do que com o desenvolvimento de políticas de incentivo a industrialização intensiva em capital. No poder, os grandes latifundiários do sertão nordestino conseguiram se beneficiar do processo de industrialização então em curso, mesmo sem implementar políticas de industrialização.

A estagnação das zonas litorâneas nordestinas, redutos das velhas oligarquias agrárias voltadas para o mercado externo, com suas indústrias desbancadas pela alta competitividade das indústrias paulistas, passou a contrastar com outras áreas do



Nordeste que passaram a serem chamadas a participar do processo de industrialização do país. Essas áreas do Sertão Nordestino tornaram-se responsáveis, segundo Santos e Silveira (2013, p. 43), pelo fornecimento de certos produtos agrícolas, como o algodão e o sisal. Ocorre, também, a implantação de grandes plantações de borracha, cacau e dendê no litoral baiano e da mamona no Nordeste, onde, do ponto de vista da produtividade, houve esforços bem sucedidos (SANTOS, 1965, p. 140). Esse processo irá atingir também a agricultura familiar de subsistência, predominante no Sertão, pois se acelera a substituição desse tipo de cultivo, que era de baixa produtividade, para uma agricultura especializada, inserida no mercado e sujeita a melhorias técnicas crescentes. (MAMIGONIAN, 2009, p. 60). Fato consolidado hoje, onde se tem no Nordeste, além da tradicional produção de açúcar, diversos estados protagonistas na exportação de frutas e outros produtos agropecuários. Esses produtos, além do mercado nacional, são exportados em maior volume para a Europa, como também para a África e América do Norte, através dos portos de Suape, Fortaleza, Natal, Pecém e Salvador (MACHADO, 2020).

As perdas relativas do Nordeste frente ao Sudeste resultaram em um novo discurso político-econômico que acabou desembocando na criação da Sudene (1959), do Banco do Nordeste, da construção de hidroelétricas na região, etc., ao longo dos anos 60. É nessa conjuntura que alguns diretores da Sudene, mais comprometidos com a problemática do desenvolvimento industrial nordestino, vão procurar utilizar a teoria dos pólos de desenvolvimento de François Perroux, concentrando investimentos em algumas áreas e setores, criando polos ou núcleos de maior resistência, desenvolvendo o chamado Polonordeste. (ANDRADE, 1988).

Destaca-se que ao findar os anos 50 e iniciar os anos 60, a industrialização do Brasil havia avançado e o país se consolidava como urbano-industrial. A substituição de importação dos ramos denominados de “indústria leve” e “indústria pesada” havia chegado ao fim, ocasionando um período de crise e ameaçando a continuidade do modelo econômico adotado (substituição de importações). Para manter tal modelo tornou-se indispensável retomar a atividade ao preço de investimentos públicos mais numerosos para promover a exportação, mais proteção ao grande capital, menor retribuição ao trabalho, ao preço de uma política social ainda menos generosa e, necessariamente, de uma ordem ainda maior no campo político-social. Uma reorganização produtiva se instala no Brasil a partir da necessidade de transformar os



minérios; produzir derivados de petróleo; e implantar polos de desenvolvimento. (SANTOS e SILVEIRA, 2013, p. 48).

Esse último teve como base os estudos François Perroux e Gunnar Myrdal. Segundo Egler (2012, p. 214), a ideologia dos pólos de desenvolvimento mostrou-se o modelo mais adequado para a organização do território proposta pelo Estado autoritário, uma vez que envolvia a criação de locais privilegiados, capazes de interligar os circuitos nacionais e internacionais de fluxos financeiros e de mercadorias. Assim, a partir de então, é o momento de implantação de complexos e polos industriais como o Petroquímico de Camaçari (BH); Eletrometalúrgico de Tucuruí (PA e MA)⁶; Siderúrgico de Itaquí (MA); Industrial-portuário de Pecém (PE); Projeto Carajás (Norte); o Cloroquímico (AL), etc.

A divisão territorial do trabalho se amplia para a escala nacional. Re-hierarquiza-se as áreas de cultura do país a partir, sobretudo, da expansão da fronteira agrícola. Todavia, são áreas antes pouco povoadas (Norte e Centro-Oeste) que se mostram extremamente receptivas aos interesses de uma economia moderna, pois não tinham o peso do passado, ocorrendo, tal processo, com maior velocidade e rentabilidade que nas outras regiões (SANTOS, 1993). Tal realidade ajuda a compreender a necessidade da forte intervenção estatal na Região Nordeste, a mais beneficiada pela implantação dos polos de desenvolvimento e que resultou em uma industrialização geograficamente concentrada⁷.

O Complexo Industrial Portuário de Suape, ao alinhar a atividade industrial à portuária, tornou-se um caso inédito no Brasil, fazendo parte do pacote de estímulos do governo federal por meio do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Planejado como polo de desenvolvimento, abriga, atualmente, mais de 100 empresas que geram 30 mil empregos em seu território e em sua área de influência. As indústrias implantadas em seu território consolidam dez polos industriais, incluindo pólo logístico, eólico, petroquímico, materiais de construção, naval e *offshore*, etc.

⁶ Albrás, Alunorte, CCM, Alumar e Complexo Carajá – CVRD.

⁷ As características da socioeconomia brasileira, apresentada no início desse artigo, vão ao encontro do que Santos (1993) afirma. Segundo ele, o Nordeste apresenta uma estrutura fundiária hostil desde cedo à maior distribuição de renda, ao maior consumo e à maior terceirização, ajudando a manter milhões de pessoas na pobreza, impedindo uma modernidade mais expressiva. A introdução de inovações materiais e sociais encontra grande resistência de um passado cristalizado na sociedade e no espaço, atrasando o processo de desenvolvimento (SANTOS, 1993, p. 69).



Os polos de desenvolvimento e o caso brasileiro

Os primeiros conceitos sobre complexos industriais surgiram na década de 1960, baseando-se em teorias sobre crescimento, desequilíbrio econômico e polarização. Setores integrados, planejamento produtivo, maior concentração na produção de bens intermediários, economias de escala, aglomeração produtiva entre outros atributos, tornaram a teoria dos complexos industriais a ideal para o desenvolvimento econômico que visa a integração nacional. O argumento para o caso brasileiro é de que se deve investir em estruturas industriais robustas em regiões periféricas para que estas possam atingir um nível de maturidade produtiva capaz de competir com o Sudeste. (BARROS e GALVÃO, 2002).

Crescimento é desequilíbrio. Desenvolvimento é desequilíbrio. A implantação de um pólo de desenvolvimento provoca uma série de desequilíbrios econômicos e sociais, sendo estes econômicos no sentido de uma análise moderna que estende o seu domínio de aplicação própria. Uma vez implantado, o pólo distribui salários e rendimentos monetários adicionais sem aumentar necessariamente a produção local de bens de consumo; transfere mão-de-obra e as separa das suas unidades de origem, sem necessariamente lhe conferir um novo enquadramento social; concentra cumulativamente, em determinado local e ramo, o investimento, o tráfego, a inovação técnica e econômica, sem necessariamente alargar a vantagem a outros locais, onde o crescimento e o desenvolvimento podem ser, pelo contrário, retardados. (PERROUX, 1967, p. 194).

Para Hirschman (1961), a necessidade de polos no curso do processo desenvolvimentista, indica que a desigualdade internacional ou inter-regional do crescimento é condição concomitante e inevitável do próprio desenvolvimento. Assim, no sentido geográfico, o desenvolvimento é necessariamente não-equilibrado. Para o caso do Brasil, com dimensões continentais, o processo de desenvolvimento industrial intensificou os desequilíbrios regionais por meio da concentração dos investimentos no Sudeste.

Essa realidade é explicada por Perroux (1967), ao afirmar que territórios extensos estão mais propensos a vivenciar a estrutura de uma economia dualista de dois setores, sendo um mais desenvolvido e outro estruturalmente mais arcaico. Em virtude disso, o desenvolvimento estimulado em determinado ponto não necessariamente irá propagar-se por todo o território, e caso o faça, não será suficiente para promover um crescimento igual ao de seu ponto de origem. Desta forma, o território acaba por constituir-se em ilhas de crescimento econômicos cercadas por espaços vazios ou estagnados, não deixando nenhuma nação a revelia. Tanto os países desenvolvidos e os



subdesenvolvidos não possuem um crescimento uniforme em todo o território, mas sim desenvolvimento em pontos específicos que podem propagar efeitos de expansão ou de paralisação dependendo dos investimentos que estão sendo realizados e sua finalidade. (PERROUX, 1967).

A capacidade ou tendência do desenvolvimento de se expandir em volta de um subgrupo, uma região, ou um país, por muito tempo, enquanto o atraso impera em outra parte qualquer, foi muitas vezes observada. Se essa tendência se manifesta em torno de limites geográficos nitidamente demarcados, o resultado é a divisão do mundo em países desenvolvidos e subdesenvolvidos e na separação de um país em regiões progressistas e atrasadas. (HIRSCHMAN, 1961, p. 277).

Os investimentos em complexos industriais geograficamente e estrategicamente bem localizados, concentrando atividades que gerem desenvolvimento, promovem efeitos econômicos positivos devido a proximidade dos meios de produção e da relação entre os trabalhadores dentro do complexo. A concentração das atividades industriais em meio urbano cria uma diversidade de consumidores que consomem de modo progressivo se comparados aos de meio rural. Desta forma, surgem necessidades que atendam a estes novos padrões de consumo como moradia, transporte, comércio, lazer, serviços, etc. (PERROUX, 1967).

A capacidade de complexos industriais em transformar uma região em polo de desenvolvimento econômico, fomentando não apenas os investimentos dentro do espaço industrial, mas também em seu entorno, pode ser interpretada pelo modelo da causação circular de Myrdal (1958), que propôs que as economias possuem círculos viciosos ascendentes e descendentes, dependendo dos estímulos que são realizados. No sentido ascendente, as variáveis econômicas e sociais são estimuladas para melhoria do bem-estar, promovendo o desenvolvimento, com os indicadores apresentando melhorias contínuas. No sentido descendente, os indicadores mostram contínua deterioração das variáveis econômicas e sociais. A tendência do sistema é afastar-se do equilíbrio e não ir em direção a este. Assim, o processo social tende a tornar-se cumulativo e caso o desenvolvimento econômico não seja controlado, continuará a promover desigualdades crescentes (SOUZA, 1993)⁸.

⁸ Geograficamente concentrado, o polo industrial complexo transforma o seu meio geográfico imediato e, se tem poder para tanto, toda a estrutura da economia nacional em que se situa. Centro de acumulação e concentração de meios humanos e de capitais fixos e fixados, chama à existência outros centros. Quando dois destes centros entram em comunicação, graças a vias de transporte material e intelectual, extensas



Para Souza (1993), o processo de descentralização da atividade econômica no Brasil derivou, sobretudo, da ação política governamental no sentido da ocupação dos espaços vazios, do aproveitamento de recursos naturais nas áreas periféricas, através de investimentos públicos em grandes projetos, como os de infraestrutura, extração mineral e outros.

Com os desequilíbrios regionais mostrando-se cada vez mais latentes pós 1950 e, por meio das novas teorias de desenvolvimento regional, o governo brasileiro encontrou nos polos de desenvolvimento e complexos industriais um modelo econômico para buscar a diminuição das disparidades econômicas inter-regionais brasileiras. Egler (2012, p. 214) comenta que poucos foram os países do mundo que levaram tão longe as ideias de Perroux como o Brasil. Esse fato se intensifica, sobretudo, ao longo dos anos 70 onde a diminuição da atividade econômica que afetava o país como um todo, parecia uma ameaça à continuidade do modelo econômico adotado. Assim, a partir da crise de 1973, a estratégia governamental se tornou mais seletiva, atuando não mais numa escala macroregional e sim subregional, onde o Nordeste, mas não exclusivamente, tornou-se o principal foco de tais políticas desenvolvimentistas.

A mudança de ênfase da política regional tinha no parco resultado obtido quanto à criação de empregos com a estratégia de industrialização uma justificativa concreta que a legitimava. Em termos políticos, o estopim terminou sendo a seca de 1970, ou a evidência de que, passados dez anos, a economia da região, em especial a da zona semiárida, continuava despreparada para a tradicional intempérie climática. Assim, consolidam-se nesse período as concepções que apontavam para a criação de complexos industriais que absorvessem os benefícios atribuídos às economias de escala e de aglomeração e que estivessem suportados especialmente em base de recursos naturais que permitissem um leque integrado e amplo de possibilidades de produção. Primeiro surge o pólo petroquímico de Camaçari, por uma decisão nacional, e mais tarde vão surgindo aos poucos outros, dentro da mesma concepção básica. (BARROS e GALVÃO, 2002, p. 379).

A implantação no estado de Pernambuco do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS) fez parte da agenda do regime militar no contexto supracitado. Inspirado na teoria dos polos de desenvolvimento de Perroux (1967) esperava-se que a realização do projeto promovesse atração de investimentos por meio da instalação de indústrias na região em virtude de sua localização. (PEDROSA, 2015).



De acordo com Silva (1992), apesar de a ideia da construção do Complexo Industrial Portuário de Suape ser da década de 1960, a elaboração do Plano Diretor surge a partir de 1974 em consentâneo com o II PND, cujas diretrizes determinavam a formação de complexos integrados, vertical e espacialmente, em escalas compatíveis com as condições de competitividade a nível nacional e internacional. Segundo Brandão (1985), tal projeto territorial marcaria o desdobramento, sob o comando do Estado Nacional, do grande capital sobre as regiões periféricas, em especial, o Nordeste.

Suape: Complexo Industrial e Portuário

O Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS), localizado a aproximadamente 40 km da capital pernambucana, Recife, têm sua área industrial e portuária dividida de modo que 40% do seu território está localizado no município de Cabo de Santo Agostinho e os outros 60% no município de Ipojuca. O alcance total do complexo abarca em conjunto a estes, outros seis municípios, sendo: Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Escada, Ribeirão, Rio Formoso e Sirinhaém. (GUMIERO, 2018). A idealização de Suape teve como base modelos de portos industriais já existentes na Europa e Ásia, sobretudo os situados em Marselha (França) e Kadima (Japão). Entretanto, a construção se iniciou em 1974, tendo o início das operações no ano de 1983, através da movimentação de álcool pela Petrobrás. (BRASILa, 2015).

A função industrial alinhada à atividade portuária foi analisada por Fischer (1963), que destacou que o porto não é apenas uma etapa ou um lugar de estágio da carga; é também um lugar onde permanecem por algum tempo grandes quantidades de mercadorias e matérias primas pesadas. Essas, sobretudo as de baixo valor mercantil, suportam melhor os custos de transportes interiores depois de sofrer uma transformação. Segundo Fischer (1963), excluindo as indústrias tipicamente marítimas (pesca e naval), a função industrial alinhada à atividade portuária intensificam-se pós 1945. A partir de então, ocorre um verdadeiro deslocamento das indústrias para frente do mar e, conseqüentemente, uma profunda transformação da geografia industrial. Trata-se de uma conseqüência do fato das indústrias serem cada vez mais tributárias de fontes do exterior, destacando-se as pesadas (minério de ferro, carvão, produtos petrolíferos, etc.).

Figura 1 – Localização do Porto de Suape e sua área de influência, 2020



Fonte: PDZ (2020)

No caso do CIPS, ao encontro do salientado por Fischer (1963), o projeto foi concebido para atrair indústrias de primeiras e de segundas gerações, com a possível atração de indústrias de terceira geração. De acordo com Cerqueira e Hemais (2001), essas indústrias compõem a chamada Cadeia Petroquímica, que compreende desde os produtores de derivados de petróleo até os transformadores de plásticos, as de primeira geração, produtoras de matéria-prima; as de segunda geração, destinadas à produção de resinas, que são produtos intermediários e materiais para transformação; e as de empresas de terceira geração, destinadas à produção de bens de consumo, embalagens, componentes, etc.

A escolha da região de Suape para localização do porto se deu pelas seguintes condições: águas profundas junto à linha da costa, com cerca de 17 metros a cerca de 1,2 quilômetros do cordão de arrecifes; Quebra-mar natural formado pelos arrecifes; extensa área para implantação de um parque industrial; distância da movimentação metropolitana da cidade do Recife. (SUAPE, 2020). Embora o complexo já estivesse



operando, foi somente em 1990 que a Sudene montou um programa de industrialização para o Nordeste. No documento “Política Regional de Desenvolvimento Industrial” foram elaborados objetivos para consolidar o parque industrial nordestino, de modo a torná-lo mais integrado a nível regional e nacional. A consolidação de complexos industriais consta como uma das metas a serem atingidas, considerando o Complexo Industrial Portuário de Suape como um dos promotores de desenvolvimento econômico e social da indústria regional e, portanto, devendo ser considerado como foco de investimentos em infraestrutura. (SILVA, 1992).

Até 1992 a maior parte dos investimentos em infraestrutura portuária e de apoio que foram feitos em Suape foram realizados pelo estado de Pernambuco, quando o complexo passou a integrar a malha portuária do país, após ser reconhecido como prioritário pelo Governo Federal. Desse modo, torna-se independente do Porto de Recife, de quem recebia recursos federais até 1990, através da extinta Portobras (SILVA, 1992). Entre 1995 e 1998, Suape recebeu investimentos de R\$ 155 milhões via recursos públicos, reduzidos a R\$ 136 milhões entre 1999 e 2002. (GODOY, 2014 APUD CAVALCANTI et. all, 2018).

A década de 2000, através da implantação de empresas de médio porte e da instalação da Refinaria Abreu e Lima⁹, inaugurada em 2014, significaram uma expansão do aumento dos investimentos no Complexo de Suape, tendo impacto também nas dinâmicas do território em virtude do aumento do fluxo de pessoas e operações (SANTIAGO et. all, 2014). Os resultados desse processo já são consideráveis desde 2005, onde o PIB do Território Estratégico de Suape foi da ordem de R\$ 9.3 bilhões, concentrados nos municípios de Jaboatão dos Guararapes, Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho, representando, aproximadamente, 18% do PIB de Pernambuco no referido ano. (SEBRAE, 2009).

Até 2006, em Suape, já haviam sido investidos R\$ 550 milhões via recursos públicos e mais de US\$ 2,5 bilhões em recursos privados, resultando na implantação de 81 empresas geradoras 7.500 empregos diretos divididos entre indústria, terminais portuários e empresas de serviços de apoio às atividades portuárias. (SÁ, 2008). Em

⁹ Trata-se de um projeto da Petrobras com a empresa venezuelana PDVSA, na qual pode processar até 230 mil barris por dia de petróleo cru, proveniente da Bacia de Campos e da Venezuela. Tal montante responde por cerca de 20% do total de diesel produzido no Brasil, sendo utilizado para o abastecimento das regiões Nordeste e Norte (MACHADO, 2020).



2008, Suape buscou atrair mais 19 empreendimentos, que juntos poderiam totalizar quase US\$ 10 bilhões, se destacando a instalação de quatro usinas termelétricas com previsão de investimentos de US\$ 2,6 bilhões e uma fábrica processadora de celulose (US\$ 2.5 bilhões). (CAVALCANTI et. all, 2018).

Em 2009, Pernambuco gerou mais de 45 mil empregos e apresentou aumento do PIB na casa dos 3,4%. Até aquele momento, o Complexo de Suape continha mais de 100 empresas instaladas e outras 35 em processo de instalação. Os investimentos públicos haviam atingido a casa dos R\$ 700 milhões em 2009, com estimativas de que para o ano seguinte este valor seria dobrado, chegando aos R\$ 1,4 bilhão. Suape passa a ser visado como área de negócios para importantes investimentos do mercado imobiliário. (CAVALCANTI et. all, 2018). Em 2010, ao completar 32 anos, o complexo consolidava-se com forte contribuição nas cadeias produtivas naval, petroquímica, siderúrgica, alimentos e de tecnologia da informação do país, e por consequência estimulando o crescimento destes setores (ANTAQ, 2011).

O PIB dos Municípios do CIPS apresentou ao longo dos anos aumento gradativo. Entre 2002 e 2017, o crescimento foi de 653%. Em nível de comparação, o PIB do estado cresceu 500% e o da capital, Recife, 365% no mesmo período. Os municípios da CIPS passaram a ter representação 5% maior no PIB estadual, evoluindo de 15% em 2002 para 20% em 2017, no mesmo período, Recife passou a representar 11% a menos, diminuindo sua participação de 39% para 28%.

Entre 2013 e 2015 houve uma queda na arrecadação estadual em virtude da crise econômica que começou a apresentar seus impactos na economia brasileira. Conseqüentemente, a participação de Recife e dos municípios do CIPS no PIB do estado também apresenta queda, chegando para o Complexo Industrial Portuário de Suape a patamares de 2011 e posteriormente, em 2016, atinge sua maior média na série em análise, 21,3%.

As indústrias instaladas atualmente em Suape se beneficiam diretamente da ampla hinterlândia que a atividade portuária possibilita, pois essa pode atingir a escala regional e nacional através da cabotagem ou vias rododiferroviárias, ou internacional, em sua face marítima. Além da produção das indústrias instaladas na área do porto organizado, há a movimentação de cargas de vários pontos do país, com maior concentração de cargas dos estados de Paraíba, Alagoas, Rio Grande do Norte, Ceará e interior do Maranhão, além do próprio estado de Pernambuco (85% do total de cargas



movimentadas). Os grandes parceiros comerciais do complexo portuário são o Nafta, a União Europeia e a Ásia, que respondem por mais de 75% das mercadorias movimentadas no complexo (BRASILa, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As especificidades do caso nordestino, tal como uma estrutura fundiária extremamente concentradora de renda, que tem como consequência a manutenção de milhões de nordestinos na pobreza, e um forte peso do passado, que inibe o avanço da modernidade, além de seu peso político, o fizeram palco central da política de implantação de polos de desenvolvimento. Neste processo, é idealizado o Complexo Industrial Portuário de Suape, na qual se destaca por seu ineditismo ao unir a atividade industrial à portuária, tornando-se um caso de essencial análise para a ciência geográfica.

A união de porto e indústria, dentro do mesmo território, faz com que o complexo venha desempenhando importante papel na consolidação do estado de Pernambuco como o segundo maior PIB da região Nordeste (IBGE, 2018). Desde sua inauguração, em 1983, desenvolveu dez polos industriais, incluindo o metalmeccânico logístico, eólico, petroquímico, materiais de construção, alimentos e bebidas, naval e *offshore*, com investimentos que somam aproximadamente R\$ 50 bilhões. Possuindo mais de 100 empresas que resultam em 30 mil empregos em seu território e em sua área de influência, Suape tem forte influência no crescimento do PIB dos municípios que alcança.

Assim sendo, conclui-se que a implantação do Complexo Industrial Portuário de Suape como um polo de desenvolvimento, embora ainda em implementação, configura-se como importante dinamizador e agente impulsionador da atividade industrial no estado de Pernambuco, extrapolando, em diversas ocasiões, os próprios limites estaduais.

AGRADECIMENTOS



Esta pesquisa foi desenvolvida com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES – SC).

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS (ANTAQ). Análise de Movimentação Portuária Brasileira. 2011. Disponível em: <http://www.antaq.gov.br/portal/Anuarios/Anuario2011/Tabelas/AnaliseMovimentacaoPortuaria.pdf>. Acesso em: 15 de abr. de 2020.

ALVES, José Luiz. **Suape e sua trajetória histórica: um olhar geográfico.** 2011. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/6054>. Acesso em: 11 de agosto de 2019.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Nordeste: alternativas da agricultura.** Campinas, SP: Papyrus, 1988.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil.** São Paulo-Recife: IPESP/ Hucitec, 1995.

BARROS, J. R. M de; GALVÃO, A. C. A Política de Industrialização do Nordeste em face da Crise Econômica Brasileira. **Revista Econômica do Nordeste v.33, n. Especial.** Fortaleza, 2002. p. 371-389.

BRASIL. Secretaria de Portos da Presidência da República – SEP/PR. Plano Mestre: Porto de Suape. Florianópolis, SC: 2015a. Disponível em: https://infraestrutura.gov.br/images/SNP/planejamento_portuario/planos_mestres/verso_preliminar/vp25v1.pdf. Acesso em: 27 abr. 2020.

BRASIL. Secretaria de Portos da Presidência da República – SEP/PR. Plano Mestre: Porto de Recife. Florianópolis, SC: 2015b. Disponível em: http://www.infraestrutura.gov.br/images/SNP/planejamento_portuario/planos_mestres/verso_completa/pm25.pdf. Acesso em: 27 abr. 2020.

CAVALCANTI, Helenilda; SOUZA, Maria Ângela de Almeida; OLIVEIRA, Roberto Veras (Org.) **Suape desenvolvimento em questão impactos do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS):** migração, trabalho, condições de moradia, identidade e novas territorialidades. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2018.

CERQUEIRA, Vicente; HEMAIS, Carlos A.. Estratégia Tecnológica e a Indústria Brasileira de Transformação de Polímeros. **Polímeros**, São Carlos, v. 11, n. 3, p. 7-10, Sept. 2001. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-



14282001000300004&lng=en&nrm=iso>. access on 28 Dec. 2020.

<https://doi.org/10.1590/S0104-14282001000300004>.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Editora Ática, 2000. 7ª ed. Série Princípios.

CHOLLEY, André. Observações sobre alguns pontos de vista geográficos. **Boletim Geográfico: IBGE**, nº 179, Rio de Janeiro: 1964.

EGLER, Claudio A. G. **Questão regional e gestão do território no Brasil**. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). *Geografia: Conceitos e Temas*. 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 207 - 238.

FISCHER, André. Les ports maritimes. Essai de Classification. **Information Géographique**. n. 3, 1963, . 105-114.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 31 ed. Companhia editora nacional, 2002.

GUMIERO, Rafael Gonçalves. A concepção de desenvolvimento nos quatro momentos de implementação do complexo industrial portuário de Suape: 1955 a 2015. **Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg.**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 32-50, abr. 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2317-15292018000100032&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 09 de setembro de 2019.

HIRSCHMAN, Albert O. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1958. 314 p.

MACHADO, Edson de Moraes. **A questão portuária nacional: estudo geográfico**. 2020. 399 p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

MAMIGONIAN, Armen. Notas sobre a geografia urbana brasileira. In: **Novos Rumos da geografia brasileira**. Santos, M. (org.). São Paulo: Hucitec, 1982.

MAMIGONIAN, Armen. O Nordeste e o Sudeste da divisão regional do Brasil. *Geografia Econômica: Anais de Geografia Econômica e Social*, Florianópolis - SC, v. 1, n. 1, p.49- 70, 1 abr. 2009. Anual.

MYRDAL, Gunnar. **Economic theory and underdeveloped regions**. London G. Duckworth, 1957.

NUNES, Liliane de Souza. Porto de Suape como provedor de pernambuco nas relações internacionais. **Faculdade Damas. NEARI em Revista**, v. 03, n. 03, 2017. Disponível em: <https://www.faculdedamas.edu.br/revistafd/index.php/neari/article/view/510/449>. Acesso em: 07 de janeiro de 2020.

PEDROSA, Fred Rego Barros. Embates sociopolíticos na implantação do Complexo Industrial Portuário de Suape: uma política pública de proteção ao meio ambiente de Pernambuco (1973-1980). **XXVIII Simpósio Nacional de História**. Florianópolis, 2015. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/>

PERROUX, François. **A economia do século XX**. Lisboa: Herder, 1967.



RANGEL, Ignácio M. Características e perspectivas da integração das economias regionais. **Revista do BNDE**, Rio de Janeiro, v.5, n.2, p. 43-71, dez. 1968.

RATTNER, Henrique. **Industrialização e concentração econômica em São Paulo**. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1972.

SÁ, Maria Evelina Menezes de; SANTOS, Maria de Lourdes Florencio. **Análise comparativa entre os portos do Recife e de Suape: desafios para a gestão ambiental**. 2008. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Gestão e Políticas Ambientais, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/6026>. Acesso em: 03 de outubro de 2019.

SANTOS, Milton. **A cidade nos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A, 1965.

SANTOS, Milton. **A Urbanização desigual**. 1 ed. São Paulo: Vozes, 1980.

SANTOS, Milton. **A Urbanização brasileira**. 1 ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 17. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013. 476 p.

SEBRAE. **Suape Global, Suape Local: o caminho sinuoso do desenvolvimento integrado**. 2009. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/estudosecopolis_suapeglobal.pdf. Acesso em: 17 de janeiro de 2020.

SIDRA. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**. Produto interno bruto dos municípios 2002-2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas>. Acesso em: 20 de janeiro de 2020.

SANTOS, Milton. **A Urbanização desigual: A Especificidade do Fenômeno Urbano em Países Subdesenvolvidos**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1980.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1982.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. O complexo industrial portuário de Suape enquanto instrumento de política territorial. Recife: **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 8, n. 2, p 165-184, 1992.

SOUZA, Nali de Jesus de. Desenvolvimento Polarizado e Desequilíbrios Regionais no Brasil. **Revista Análise Econômica**, v.11, n.19. Porto Alegre, 1993. p. 29-59.

SUAPE. Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros. Apresentação - Complexo Industrial e Portuário de Suape: Pernambuco preparado para novos negócios. 2015. Acesso em: 23/12/2020. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/ADDiper/apresentao-suape-2015>

SUAPE. Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros. Histórico: 1970. Acesso em: 28/12/2020. Disponível em: <http://www.suape.pe.gov.br/pt/institucional/historico-de-suape/117-1970>.